



A ATUAÇÃO DA INCUBADORA (ITCP/FURB) NA RESSOCIALIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Valeska Cristina Barbosa
Valmor Schiochet
Claudia Sombrio Fronza
Rodrigo Monteiro

Resumo: A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) atuam por meio de atividades extensionistas nas Instituições de Ensino Superior, de forma interdisciplinar e promovendo uma interação dialógica com a comunidade, apoia e assessora trabalhadores para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de empreendimentos econômicos solidários, de forma coletiva, autogerido e com princípios de solidariedade, igualdade e oportunidade. A ITCP/FURB vem desenvolvendo desde o ano 2017 o projeto “Voltando ao Mundo do Trabalho”, que tem como objetivo promover a ressocialização e inclusão social pelo trabalho autônomo e autogestionário, por meio de um percurso formativo na perspectiva da economia solidária. O projeto também prevê ações de assessoramento aos negócios autônomos, incentivo à organização de estratégias coletivas de inserção nos mercados de produtos e serviços. Como resultado do primeiro ano do projeto, foi constituída uma cooperativa voltada aos serviços ligados à construção civil, além de ações de assessoria para a inserção de apenados que trabalhavam com a produção de alimentos e similares em grupos associativos já existentes e suas redes de comercialização. Portanto, neste artigo, apresenta-se a avaliação parcial deste percurso formativo desenvolvido na ITCP/FURB suas contribuições e desafios.

Palavras-chave: Ressocialização. Reintegração Socioeconômica. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Economia solidária.

1. Introdução

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) são projetos ou programas institucionalizados nas Instituições de Ensino Superior, que realizam ações de extensão, ensino, e em alguns casos promovem ações de pesquisa. Orientadas pelos princípios autogestionários, democráticos, participativos e do cooperativismo popular.



Articulados para o segmento econômico solidário de geração de trabalho, renda e inclusão social. Portanto, as ITCPs, objetivam criar, apoiar e assessorar trabalhadores para a consolidação de empreendimentos econômicos solidários ou fortalecer empreendimentos já existentes, oferecendo qualificação aos trabalhadores para outro modelo de economia de trabalho coletivo autogerido e com princípios de solidariedade, igualdade e oportunidade (DAGNINO, 2014. SCHIOCHET, 2009. SINGER, 2000). O público participante das ações desenvolvidas nas ITCPs apresenta três características principais: 1) trabalhadores historicamente excluídos do mercado formal; 2) populações marginalizadas; e 3) população de baixa renda e com baixa capacitação técnica ou acadêmica.

As Universidades permitem um diálogo ou uma integração entre o saber técnico da universidade e o conhecimento dos trabalhadores, promovendo um processo de incubação desenvolvido em conjunto, o que permite unir os atores da universidade, docentes, técnicos e discentes, por meio da infraestrutura, do conhecimento acumulado, da pesquisa e da extensão, promovendo formação, qualificação e assessoria de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social. Resulta, portanto, de uma capacidade que, vai além de simplesmente transmitir e produzir conhecimento, suas ações se apresentam como uma rede de articulação social e econômica, tornando-se única em cada espaço territorial que se encontra.

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987, p.1).

A ITCP/FURB surgiu em 1999 inspirada na experiência e metodologia implementada pela Incubadora de Cooperativas Populares da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COOPE/UFRJ) e que se estendeu pelo país formando a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e do Programa Nacional de Apoio as Incubadoras de Cooperativas Populares



(PRONINC). Sua institucionalização foi aprovada pelo Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão, de acordo com o Parecer nº 247/2000 e Processo 145/2000. Ao longo de seus 18 anos de existência ITCP/FURB desenvolveu a metodologia de incubação de empreendimentos cooperativos populares contribuindo de maneira decisiva para a promoção da economia solidária na região e no Estado de Santa Catarina, região Sul do Brasil.

Sua atuação esteve direcionada para a interação com a complexidade do dia-a-dia dos trabalhadores e gestores públicos, levando em consideração os aspectos psicossociais, políticos, econômicos e educacionais. Além disso, desenvolveu uma metodologia de trabalho coletivo buscando, constantemente, intensificar a troca de experiências nas perspectivas da economia solidária e de uma produção coletiva do conhecimento, baseada na Educação Popular como eixo de ação educativa.

As experiências desenvolvidas nas ITCPs buscam a construção de novas relações sociais de trabalho por meio da Economia Solidária, compreendida como um conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizados por princípios solidários, sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de troca, entre outros (SINGER, 2002). Essas experiências buscam a construção de novas relações sociais principiadas por valores democráticos, de igualdade, cooperação, desenvolvimento humano e responsabilidade social, prevendo a organização coletiva dos trabalhadores com exercício democrático de poderes, condições de autonomia e independência, possuindo o controle dos meios de produção e dos processos econômico, técnico, político e social (GAIGER, 2004, p.11. SINGER, 2002).

Contudo, as experiências coletivas e a economia solidária expandiram-se permeadas de contradições reflexivas, seus princípios e ideais muitas vezes estão em contradição com o sistema de mercado capitalista, constituindo limites para efetivação dos valores das relações sociais mais justas e igualitárias. A proposta de economia solidária se idealiza diante de um cenário de precarização do trabalho e da eminente necessidade de geração de trabalho e renda, como uma possibilidade aos trabalhadores em condição de desvantagem, próprios da reprodução da exploração do trabalho e das desigualdades sociais. Ao promover o trabalho autônomo e autogestionário a questão fundamental não diz respeito ao mercado de trabalho (emprego formal), ou seja, encontrar um padrão para força de trabalho do trabalhador. O trabalho autônomo é produtor de bens e serviços, e seu maior desafio tem sido a inserção destes bens e serviços no mercado existente ou a criação de mercados para sua inserção.



Podemos caracterizar três tipos de mercados para que isto ocorra: os mercados tradicionais, os mercados institucionais e os mercados justos e solidários. No caso destes últimos trata-se de implantar estratégias de comercialização solidária, envolvendo os Empreendimentos de Economia Solidária - EES incubados e assessorados, por meio da organização de espaços de comercialização solidária com infraestrutura disponível para essa finalidade, redes de cooperação solidária ou ampliação das possibilidades de fornecimento de produtos e serviços nas compras governamentais, entre outras estratégias possíveis. O Comércio Justo e Solidário que se caracteriza como fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais, na transparência e na valorização da diversidade étnica e cultural dos atores envolvidos.

Com isso, entendemos que o trabalho da pessoa privada de liberdade respaldado no propósito da reintegração, inserção e socialização encontra-se em consonância com os ideais da Economia Solidária, que visa à construção de relações sociais menos opressoras. A centralidade da Economia Solidária está na vida humana e no seu bem-estar, buscando assim, transformar a visão capitalista de trabalho como exploração e promover a ideia do trabalho socialmente útil e da autorealização humana pelo trabalho (GOERCK; CELSO e ALVES, 2013, p. 406).

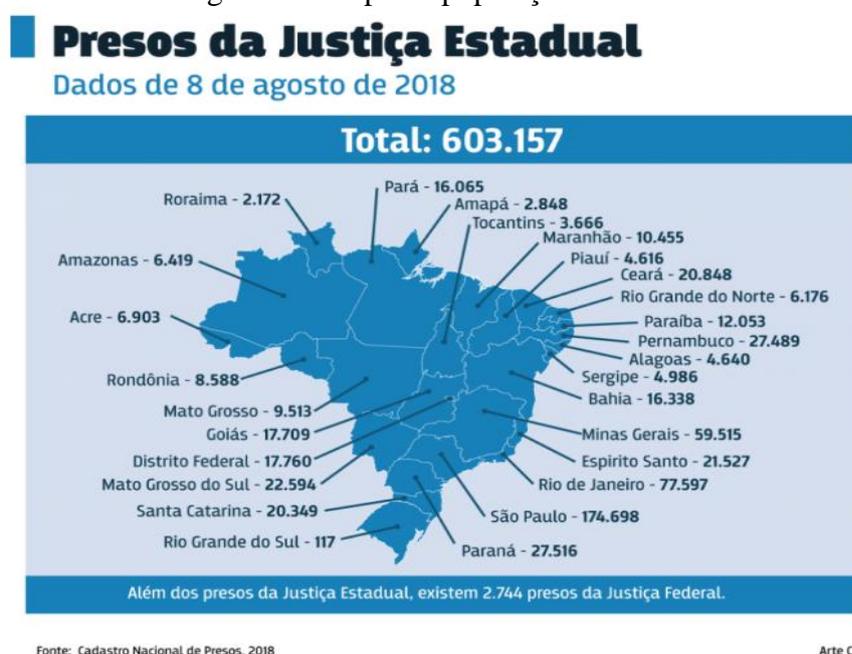
2. A questão carcerária e inclusão laboral de apenados

Em 2018, a população carcerária brasileira ultrapassou a marca de seiscentos mil (vide figura a seguir) de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil possui a quarta maior população prisional do mundo, ficando apenas atrás dos Estados Unidos, da China e da Rússia. Conforme o Relatório do *International Center for Prison Studies ICPS* (2014), cerca de três milhões de pessoas no mundo estão presas provisoriamente e, observa-se que em mais da metade dos países há uma tendência crescente no uso dessa medida. Uma das principais dificuldades no processo de ressocialização destas pessoas diz respeito a sua inserção no mundo do trabalho. Um dos avanços para enfrentamento desta situação foi a adoção no Brasil do instituto da remição de pena mediante o trabalho para quem cumpre pena em regime fechado ou semiaberto.

As possibilidades de remição de pena foram ampliadas pela Lei n. 12.433, de 2011, que alterou a redação dos artigos 126, 127 e 128 da Lei de Execução Penal e passou a permitir que, além do trabalho, o estudo contribua para a diminuição da pena e a ressocialização do

preso como iniciativa voltada à redução da reincidência criminal. No entanto, se o trabalho constitui um importante mecanismo para remição de pena sua eficácia em relação a reinserção do egresso no mundo do trabalho ainda é bastante limitada. Basicamente em função de que as condições de trabalho previstas na Lei de Execução Penal incentivam a uso da força de trabalho dos presos por empresas em condições bastante vantajosas para estas sem exigir compromissos de manutenção do vínculo laboral após o apenado sair da prisão.

Figura 1 – Mapa da população carcerária



Fonte: Disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça¹

A população carcerária também compreende as pessoas que cumprem pena em regime aberto e livramento condicional. O regime aberto é imposto a todo réu condenado até quatro anos de prisão, desde que não reincidente. Nesse regime, a pena é cumprida em casa de albergado ou, na falta deste, em estabelecimento adequado, como, por exemplo, a residência do réu. O condenado é autorizado a deixar o local durante o dia, devendo retornar à noite. Para o regime aberto podem progredir as pessoas que se encontram no semiaberto, após o cumprimento dos requisitos previstos na legislação penal brasileira, como tempo de cumprimento de pena e bom comportamento. Esta condição não altera as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho por parte dos apenados, que não têm direito à remição de

¹ <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87316-bnmp-2-0-revela-o-perfil-da-populacao-carceraria-brasileira>



pena pelo trabalho. Portanto, a inserção laboral de egressos e condenados ao regime aberto constitui enorme desafio no processo de ressocialização e reinserção social das pessoas privadas de liberdade. Uma das alternativas encontradas é a do trabalho autônomo ou por conta própria, ou ainda, a promoção da organização associativa ou cooperativa conforme prevista na Lei nº 9.867/1999, a qual dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social das pessoas em desvantagem, no mercado econômico, por meio do trabalho.

O projeto desenvolvido na ITCP/FURB “Voltando ao Mundo do Trabalho, Promoção do Trabalho Autônomo e da Economia Solidária na Ressocialização e Reintegração Social” é baseado nos princípios da Economia Solidária e busca a promoção da autonomia, o resgate da autoestima e dignidade dos participantes. As proposições direcionadas por esses valores, pensadas com a finalidade de vislumbrar condições para o desenvolvimento e crescimento profissional e pessoal, resgatando o trabalho como um produtor de valor social, capaz de transformar a situação desses segmentos e valorizar a potência produtiva e criativa dos sujeitos envolvidos. Segundo informações colhidas na Central de Apoio a Execução Penal do Fórum da Comarca de Blumenau, a população carcerária no município é de 1.725 pessoas, as quais se encontram na seguinte condição: População carcerária de Blumenau Regime/Condição/Quantidade: Fechado 643 pessoas; Semiaberto 306; Aberto 386; Provisório 87; e Outros 303; Total 1.725. Aqui estão inclusos egressos em livramento condicional, medidas cautelares, *sursis*, suspensão condicional do processo.

No âmbito do Projeto Rumo Novo coordenado pela Central de Apoio à Execução Penal do Fórum da Comarca de Blumenau o público de atendimento direto é de 689 pessoas. Sendo 386 em regime aberto e 303 egressos, sendo 190 em livramento condicional, 62 em medida cautelar, 31 beneficiados pelo *sursis* e 20 com suspensão condicional de processo. Deste universo foram objeto de cadastramento e obtenção de informações preliminares 164 pessoas. A partir deste cadastro foi possível constatar que apenas 10% declaram que possuem vínculos formais de trabalho. Esta situação é agravada pelo contexto de desemprego em massa que estamos presenciando. Por outro lado, mais de 130 pessoas declararam desenvolver alguma atividade profissional o que abre possibilidades de criação de alternativas para a inserção laboral.

No ano de 2017 a ITCP/FURB desenvolveu duas ações junto aos condenados. Uma delas no Presídio Regional para presos em regime semiaberto, no qual será detalhado no próximo



subcapítulo, e outra junto à Central de apoio a 10 Execuções Penais para apenados em regime aberto. Foram ações formativas que resultaram na motivação dos beneficiários em participar da economia solidária por meio da constituição de um empreendimento de prestação de serviços para a construção civil, da inserção de apenados que desenvolvem trabalhos autônomos nas estratégias de organização e comercialização em rede, desenvolvidas pela Rede de Economia Solidária do Vale do Itajai (RESVI) e formação continuada.

3. O projeto: Voltando ao mundo do trabalho.

O projeto “Voltando ao Mundo do Trabalho, Promoção do Trabalho Autônomo e da Economia Solidária na Ressocialização e Reintegração Social” é uma ação formativa, desenvolvida pelo Programa Institucional Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/FURB). Iniciou em 2017 e é executado em parceria com a Central de Apoio e Execução Penal do Fórum de Blumenau, e se apresenta como uma continuidade de um conjunto de atividades que a incubadora desenvolveu no Presídio Regional de Blumenau, contíguo a apenados que cumprem pena em regime semiaberto e aberto. O projeto prevê ações voltadas ao assessoramento para apenados que estão buscando sua inserção no mundo do trabalho por meio de atividades autônomas, além de incentivar sua organização em estratégias coletivas de inserção em empreendimentos e redes de economia solidária incubadas e assessoradas pela ITCP/FURB.

Os participantes da formação são voluntários encaminhados pela Central de Apoio a Execução Penal do Fórum Regional de Blumenau, portanto, são egressos do sistema prisional que estão cumprindo pena em regime aberto, e acessível a seus familiares. Os encontros formativos são organizados em doze (12) encontros de três (03) horas cada, totalizando 36 horas. Este total de horas possibilita a remissão de três (03) dias de pena. Nesta experiência formativa democrática, com respeito e atenção aos interesses e às experiências dos participantes, a educação é entendida como uma construção social, inerente aos processos de trabalho autogestionários, elemento fundamental para viabilizar as iniciativas econômicas e ampliar a cidadania ativa e a democracia, e como movimento cultural e ético de transformação das relações sociais e intersubjetivas enquanto base de um novo modelo.

O objetivo da formação é promover a ressocialização e a inclusão social. No decorrer do percurso formativo, desenvolve-se, dependendo da dinâmica, interesse e envolvimento



dos participantes, assessoramento técnico para o desenvolvimento de estratégias coletivas de organização da produção, comercialização, finanças e consumo. Na Economia Solidária são adotados os princípios metodológicos consensuados nacionalmente que servem de referência para as atividades formativas os quais reconhecem a centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social, articulando o trabalho e a educação na perspectiva da promoção do desenvolvimento sustentável, orientando ações político-pedagógicas inovadoras, democráticas e solidárias, inseridas em um pensamento emancipatório de inclusão e transformação próprio dos atores envolvidos. No projeto os conteúdos foram definidos de forma participativa a partir da realidade e expectativa dos participantes.

A responsabilidade pelo desenvolvimento do conteúdo é compartilhada por membros da equipe da ITCP/FURB e outros educadores possibilitando diversas abordagens e metodologias de trabalho. Não são exigidos dos participantes pré-requisitos de escolaridade para a participação, o que implica em metodologias de trabalho dialogadas e uso de linguagem popular na abordagem dos temas. Os encontros são temáticos e possibilitam a aproximação dos participantes com uma diversidade de aspectos do processo de ressocialização e de inserção socioeconômica. Alguns temas que deverão ser norteadores do processo formativo:

- Sociedade, trabalho e economia. Entendendo o contexto de produção da exclusão e desigualdade de oportunidades. Um olhar sobre os diversos modos de produção que determinam a vida social.
- O trabalho e as perspectivas da emancipação. Trabalho e identidade do sujeito, trabalho e manutenção da vida, trabalho e direitos, trabalho e organização social e política.
- A autogestão e organização autogestionária do trabalho.
- Economia Solidária nos processos de produção, nos intercâmbios econômicos, na comercialização, no consumo e nas finanças solidárias.
- Organização do trabalho e da economia: diagnósticos e planejamentos participativos, planos de viabilidade e sustentabilidade econômica, acesso a recursos, planos de organização da produção e comercialização, aspectos jurídicos, contábeis, financeiros e tributários.



Outro elemento importante para a interação é a identidade de trabalhador e cidadão dos participantes. Isto possibilita a reconstrução de identidades sociais por parte de um grupo profundamente estigmatizado na sociedade. Pela formação é possível reconhecer avanços importantes na condição de cidadania e percepção crítica da realidade o que possibilita avanços na autonomia individual e coletiva para a definição de estratégias de geração de trabalho e renda de forma coletiva e a reintegração socioeconômica dos egressos ao mundo do trabalho, por meio da Economia Solidária.

O projeto também prevê atividades de sensibilização e divulgação sobre a problemática da inserção laboral de pessoas em privação de liberdade junto ao conselho de comunidade, e às comunidades universitária e regional. Para as pessoas em privação de liberdade pressupõe-se que por meio das ações desenvolvidas neste projeto, os sujeitos possam ter um olhar diferenciado para o mundo do trabalho, fazendo com que possam ingressar através da economia solidária em uma nova perspectiva de geração de renda em resistência à crise econômica e política atravessada em nosso país e também devido aos altos níveis de reincidência, o que pode nos mostrar uma possível falta de conhecimento sobre esta outra forma de sobrevivência diferente do capitalismo. Essas informações sinalizam a urgência de repensar a Política de Atendimento das Pessoas em cumprimento de penas privadas de liberdade, assim como promover ações de reintegração socioeconômica, ressocialização social e remição de pena.

O projeto assume esse compromisso e tem como fundamento a discussão e viabilização de ações de promoção do trabalho e direitos sociais. No âmbito da universidade as atividades propostas oportunizarão aos estudantes de graduação a desconstrução de estigmas e preconceitos em relação à população carcerária e a reflexão sobre os direitos da deste segmento da sociedade, além de ofertar 03 bolsas de extensão para estudantes possibilitando novas aprendizagens na extensão universitária. Este projeto, sendo de parte de uma universidade e, portanto, de um tripé "ensino-pesquisa- extensão", é de grande importância na mudança de olhares sobre nosso público-alvo, deve ser ampliado no sentido de desenvolver perspectivas e olhares mais críticos sobre os sujeitos encarcerados. Desta maneira, busca-se fazer com que as conversas se direcionem de tal modo a produzir novos projetos e até mesmo constituir uma possível proposta de política pública para o município de



Blumenau futuramente, dada a relevância da discussão no âmbito deste segmento da população.

Os conteúdos da formação em economia solidária devem estar voltados para a construção de uma concepção crítica da realidade e produção de outra visão de mundo, em que a solidariedade seja resgatada como elemento humanizador e transformador da vida em sociedade. No projeto pedagógico da qualificação, os conteúdos devem estar interligados com a dimensão integral da concepção pedagógico-metodológica da ação formativa. São diretrizes político-metodológicas da formação em economia solidária:

- Reconhecimento das experiências e saberes dos trabalhadores/as envolvidos nos atos formativos autogestionários - valoriza os trabalhadores/as como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como reconhece e valoriza a diversidade cultural, étnica, social, regional e de gênero;
- Reconhecimento do universo informacional, diversidade e pluralidade de iniciativas de formação em ES - significa o reconhecimento dos saberes e concepções dos atores formadores e educadores, das suas iniciativas de organização e de formação e das concepções que lhes dão substância;
- Articulação das experiências formativas construídas com e sob os princípios da economia solidária e da educação popular buscando convergências das iniciativas das organizações da sociedade civil, das universidades, dos centros de estudos e pesquisas, dos empreendimentos econômicos solidários e dos órgãos públicos;
- Gestão participativa – a participação dos trabalhadores/as envolvidos nas experiências constrói no cotidiano dessa outra economia o desenvolvimento das atividades formativas;
- Educação Popular – o processo de formação em economia solidária deve ser orientado pelos fundamentos, princípios, práticas e metodologias da educação popular, o que requer intercâmbio com organizações e redes que se constituem a partir dessa perspectiva educativa;
- Pedagogia da alternância – resgatar e valorizar os acúmulos da “pedagogia da alternância” ou combinar momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática, favorecendo que os aprendizados sejam constantemente experimentados, ampliados e aprimorados. Essa estratégia amplia a abrangência dos processos formativos alcançando uma quantidade cada vez maior de



trabalhadores da economia solidária. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e dos debates coletivos nos momentos formativos presenciais;

- Intersetorialidade e complementaridade - articular a formação com as ações e políticas de fomento e apoio à economia solidária, tais como: assessoria, incubação, promoção do desenvolvimento local, desenvolvimento de estudos, pesquisas e tecnologias aplicadas à Economia Solidária, crédito e finanças solidárias, etc. Realizar a complementaridade entre órgãos governamentais e de organizações da sociedade civil.

3.1.1 O Processo de avaliação

A avaliação pela equipe e beneficiários é feita de maneira sistemática e processual. Para cada tipo de ação de formação e de incubação constituam os seguintes procedimentos de avaliação: a) reuniões de assessoria (mediante conversa); b) cursos e oficinas (ficha de avaliação) e; c) as atividades como um todo serão avaliadas num seminário com beneficiados e participantes das atividades de formação e dos empreendimentos. A equipe ITCP também realizará atividades de capacitação, planejamento e avaliação de suas ações. São realizadas reuniões quinzenais, nas quais participam todos os integrantes. A capacitação ocorre nestas reuniões e também em demais eventos com essa finalidade, entre estes, a participação em congressos científicos e encontros da economia solidária, da área específica de cada profissional e em oficinas próprias de capacitação da equipe, realizadas a cada semestre.

3.1.2 Resultados alcançados no período de 2017 – 2018

As atividades formativas foram certificadas como atividades de extensão pela Universidade Regional de Blumenau com o objetivo de serem consideradas para remissão de pena dos participantes. O trabalho da pessoa privada de liberdade, segundo a lei de execução penal, possui uma finalidade educativa e produtiva, atribuindo ao preso a oportunidade de ações de ressocialização e de reintegração por meio da educação e do trabalho, conforme Lei 12.433/2011. A reintegração social das pessoas em privação de liberdade e egressos do sistema prisional tem como objetivo a preparação para o retorno à sociedade.

A (re)socialização visa trazer dignidade, resgatar a autoestima e proporcionar condições desta parcela da sociedade para seu desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional, e dentre outras formas de incentivo, para sua inclusão no mundo do trabalho.



Várias estratégias foram utilizadas para promover a inclusão sócio-laboral do preso e egresso do sistema prisional. As formas associativas e solidárias buscam se consolidar como uma alternativa, enquanto modelo que privilegia a autogestão e cooperação, principalmente para uma população que enfrenta estigmas e preconceitos que dificultam sua efetiva sustentabilidade. Neste sentido, pode-se destacar algumas das ações e resultados alcançados no período do projeto:

Promoveu quatro encontros de ações socioeducativas de formação em economia solidária
Realizou Oficinas de Formação para 48 apenados em regime semiaberto no Presídio Regional
Realizou Curso sobre Ressocialização e Economia Solidária para 40 apenados em regime aberto
Incentivou a organização associativa e cooperativa, Inserção de 15 apenados que atuam como trabalhadores autônomos nas redes de cooperação solidárias
Realizou a Incubação de 1 (uma) cooperativa de trabalho de serviços em construção civil
Promoveu o envolvimento dos apenados em redes, fóruns e espaços de comercialização de economia solidária
Apoio aos gestores públicos na construção de estratégias, planos e ações para a ressocialização de pessoas em privação de liberdade
Assessoria formação para representantes de 12 entidades e instituições públicas
Capacitou docentes, discentes e técnicos em Economia Solidária, envolvidos nas ações do projeto
Promoveu a articulação com as atividades de ensino e de pesquisa sobre o mundo do trabalho, economia solidária e desenvolvimento regional
Promoveu a visibilidade e sensibilização da comunidade universitária e regional a respeito da reinserção socioeconômica de pessoas em privação de liberdade. Inserção do tema nas atividades pedagógicas de 3 (três) disciplinas de graduação e pós-graduação
Sistematizou referenciais conceituais e metodológicos acerca dos processos de incubação e assessoramento técnico voltados a reinserção socioeconômica de pessoas em privação de liberdade

A formação, a incubação e assessoramento técnico são entendidos como um processo gradativo e que implica na participação em atividades de diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação. No momento são oferecidas assessorias pela ITCP/FURB em



cinco áreas, que vão acontecendo de acordo com a necessidade de cada empreendimento. As áreas disponibilizadas são:

- Jurídica - viabiliza a legalização do empreendimento, que abrange todo o processo de constituição, desde a fundação, a lavratura da ata, a elaboração de estatuto, do regimento interno e demais registros jurídicos.
- Econômica - assessora no estudo de viabilidade econômica, na elaboração custos e de preços dos produtos e serviços, sistematização de documentos/registros internos para controle contábil e elaboração de projetos de projetos para captação de recursos (financeiros e equipamentos) e crédito.
- Psicossocial - acompanha o processo de organização do grupo, a organização da autogestão, o planejamento das ações, a definição das lideranças, os processos de comunicação, a motivação e a mediação de conflitos, entre outros.
- Educacional - viabiliza o processo de educação continuada que compreende a qualificação técnica, a ampliação da educação formal e a capacitação para organização política do grupo.
- Técnica - assessoria para confecção dos produtos e para organização dos serviços ofertados pelo grupo acompanhado.

No caso da Cooperativa de Serviços para a Construção Civil entendemos que é necessário identificar potencialidades de serviços que articulem a geração de renda com a sustentabilidade. Para tanto serão ofertadas oficinas sobre técnicas sustentáveis na construção civil, voltadas ao reaproveitamento de materiais e construção sustentável. A troca de experiência com a CooperCasanova (Cooperativa de Construção Civil da Economia Solidária de Chapecó/SC) será uma estratégia importante para a constituição de uma iniciativa inovadora pelos apenados em Blumenau.

4. Considerações Finais

O processo de trabalho desenvolvido na ITCP/FURB é pautado na interdisciplinaridade, a qual é concretizada por uma equipe formada por docentes e estudantes das mais variadas áreas de conhecimento com destaque para a Comunicação Social, Direito, Administração, Matemática, Artes, Engenharia de Produção, Moda, Psicologia,



Serviço Social e Ciências Sociais. Há o envolvimento de parte do corpo docente e discente de diversas áreas do conhecimento da FURB com a temática da Economia Solidária e suas características no Brasil e, particularmente, na região do Vale do Itajaí, o que tem possibilitado iniciativas de significativa relevância teórica e prática. A ITCP/FURB tem sido o elo entre a produção intelectual de pesquisadores da comunidade interna/acadêmica e a realidade concreta. No projeto estão previstas várias iniciativas de articulação com atividades de ensino bem como articulação com o Grupo de Pesquisa “Trabalho, Economia Solidária e Desenvolvimento Regional” (Plataforma Lattes/CNPq).

Assim, ao promover a inclusão social pelo trabalho temos a possibilidade de promover autonomia e ampliação da contratualidade social de pessoas em situação de desigualdade por desvantagem através do trabalho. O trabalho aqui referenciado é o trabalho produtor de valor social, que valoriza a potência produtiva e criativa dos sujeitos envolvidos. Trabalho como indutor de inclusão social e de transformação da situação de sujeito em desvantagem para um sujeito ativo, protagonista e portador de direitos, capaz de fazer escolher e de construir projetos de vida. Portanto, a reintegração social destes trabalhadores em privação de liberdade e egressos do sistema prisional tem possibilitado a preparação para o retorno à sociedade, a recuperação da dignidade, a auto-estima, e inclusão sócio-laboral.

Várias estratégias foram utilizadas para promover a inclusão sócio-laboral do preso e egresso do sistema prisional. As formas associativas e solidárias buscam se consolidar como uma alternativa, enquanto modelo que privilegia a autogestão e cooperação, principalmente para uma população que enfrenta estigmas e preconceitos que dificultam sua efetiva sustentabilidade. Neste sentido, pode-se destacar nas ações e resultados alcançados no período do projeto uma possibilidade efetiva estratégica tanto para os trabalhadores, quanto para as políticas públicas. Para as próximas etapas do projeto, se apresenta como desafio a capacidade de atendimento de uma demanda maior, subsídio financeiro para manutenção e ampliação do projeto, estabelecimento de novas parcerias para demandas de formação e trabalho.

5. Referências

DAGNINO, Renato. **Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas**. SciELO-EDUEPB, 2014.

Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 11 a 13 de setembro de 2019
ISSN: 2447-4622



FERRARINI, Adriane Vieira; GAIGER, Luiz Inácio; SCHIOCHET, Valmor. O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 157-180, 2018.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRA**. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Brasília: UNB, 1987. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 20 abril de 2011.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Editora da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

MINOGUE, Kenneth R. **O conceito de universidade**. Trad. Jorge Eira Garcia Vieira. Brasília: Editora UnB, 1981.

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios**. 2009.

SINGER, Paul Israel; DE SOUZA, André Ricardo (Ed.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. Editora Contexto, 2000.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, v. 2, 2002.